



F r a n c i s c o P a s s o s

Por muitos considerada das regiões mais ricas do país, o Douro possui na realidade três grandes riquezas: as suas gentes, a viticultura e as suas paisagens. No entanto, a sua economia está débil. São vários os factores que levam uma Região tão grandiosa a estar nesta situação.

As mais-valias geradas pelo vinho do Porto não ficam na Região; o comércio está sediado em V. N. Gaia: assim este entreposto, o mais importante, que se situa fora da Região Demarcada do Douro (!!!), possivelmente caso único no mundo, é que gere essas mais-valias, tributadas pelo município de V.N. Gaia e não pelos municípios do Douro. Como Douriense, desafio todos os agentes económicos actuando no Douro, a fazerem a domiciliação fiscal nos vários municípios da Região, pois possuindo propriedades na Região, não se compreende tal situação.

As infra-estruturas rodoviárias de acesso são incongruentes com as necessidades da Região: hoje em dia ainda são necessárias mais ou menos três horas para chegar ao litoral e o mesmo para chegar à fronteira (cento e vinte quilómetros para cada lado). É incompreensível que os governantes a nível local não consigam pressionar o centralismo de Lisboa.

Assiste-se a uma desertificação preocupante: cada vez mais os jovens fogem da Região, por não haver da parte das autoridades locais a criação de programas de incentivos à fixação das populações.

Por último, é urgente que se faça uma planificação, no mínimo a cinco anos, dos quantitativos de produção. Pois para poder continuar a investir na modernização dos vinhedos, maquinarias e infra-estruturas, o pequeno e médio agricultor precisa de garantias fixas desses mesmos quantitativos.

Este último ponto leva-nos à Casa do Douro, instituição que estatutariamente representa a Lavoura Douriense mas com a qual poucos produtores se identificam.

Completamente alheada das necessidades da produção, a Casa do Douro tem sido o maior factor de destabilização na Região, não havendo da sua parte, como maior instituição, uma evolução nas regras de gestão do cadastro bem como na atribuição de quantitativos de benefício, perdendo assim a qualidade em detrimento da quantidade.

É incompreensível que continue a obrigar a produção a repor as falhas nas vinhas velhas sem que os lavradores possam fazer uma reestruturação dessas mesmas falhas.

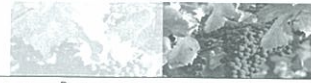
É economicamente inviável nos nossos dias plantar americanos nas falhas das vinhas velhas, sabendo que mesmo fazendo isso, mais de sessenta por cento dessas reformas morrem ou então quando resistem, ficam atrofiadas nunca mais dando para enxertar.

Como se justifica tal situação? Seria mais fácil e economicamente mais viável autorizar os lavradores a reverter essas percentagens de falhas numa plantação nova mecanizada e bem estruturada, subtraindo na área das vinhas velhas essa percentagem reestruturada e criando uma nova parcela com a mesma área subtraída às vinhas velhas.

Assim os Lavradores do Douro pouco a pouco podiam reverter as suas vinhas sem perda de rendimentos significativos e mais importante, sem desbaratar dinheiro e energias a fazer reposturas que têm gastos inoportáveis nos dias de hoje, gastos esses que se reflectem nos custos de produção, o nosso maior handicap na competitividade com vinhos de outras origens.

De uma vez por todas, é preciso corrigir as discrepâncias existentes nas áreas de vinhas entre o cadastro da Casa do Douro e os P1, que, não raramente, são iguais ou superiores a cinquenta por cento. No caso do Cima Corgo e Douro Superior é para menos e no Baixo Corgo é para mais. As vistorias são anacrónicas, pois embora já se atribua o benefício por área, as brigadas continuam a contar o número de pés e não a confirmar as áreas plantadas e arrancadas nas reconversões ou transferências efectuadas.

Em relação aos cartões de benefício, é indispensável que o IVDP e a Casa do Douro tenham a coragem de criar a BOLSA DE CARTÕES para acabar com o triste espectáculo em frente às suas portas. É um negócio que é do conhecimento de todos e que é necessário por não existir uma evolução nas regras da Região, mas que ninguém quer resolver. Essa bolsa albergaria todos os cartões com pequenos quantitativos (existem dezenas e dezenas, para não falar talvez centenas com vinte trinta e cinquenta litros de benefício!!!), desde que o lavrador assim o entendesse, pois burocraticamente perde-se muito tempo e gastam-se resmas de papel. Por cada cartão o processo é igual independentemente de serem vinte ou vinte mil litros. Juntando todos esses pequenos cartões, representaria alguns milhares de pipas que



poderiam ser vendidas ao sector do comércio conforme as necessidades de cada um. Teria um peso negocial muito maior que cartões de cinquenta litros e seria por cada agente económico um só dossier para manifestar o quantitativo comprado. Claro que o valor apurado seria distribuído pelos lavradores que entregassem o cartão para venda, proporcionalmente aos seus quantitativos de benefício.

Finalmente seria muito útil criar uma instituição o mais independente possível que funcionasse como fiel de balança entre a Produção e o Comércio.

Em relação às necessidades dos produtores da Região, estas são sempre ultrapassadas pelos interesses do comércio. Nos últimos anos, assistiu-se no Douro à concentração das empresas de comércio, existindo hoje dois ou três grandes grupos económicos que controlam a seu belo prazer os preços na produção actuando como cartel. Até alguns anos atrás, todo o comércio pagava à produção também a qualidade das uvas produzidas. No mercado competitivo de hoje, só a defesa da qualidade pelos produtores poderá trazer no futuro mais-valias, que a produção a meu ver deverá voltar a pagar.

É indispensável que se realizem mondas, quando existem excessos de produção e que se diminua o número de cachos por videira, apostando no aumento da qualidade que advém dessa operação. Deverá a produção sacrificar a quantidade, ter a coragem de transferir parcelas de qualidade muito duvidosa para outras parcelas com qualidade, quando possível, ou vender os seus direitos de plantação e reconverter as suas parcelas para outras actividades agrícolas (há casos de vinhas em terrenos impróprios para a produção de vinho). A produção tem que partir para o emparcelamento rural a fim de se poder reconverter os seus vinhedos e através dessa reconversão, tentar aumentar a qualidade.

Temos que criar nós mesmos, já que nem Casa do Douro nem IVDP têm, registos anuais qualitativos das nossas parcelas, que funcionarão como histórico das parcelas: isso é importante para que numa futura transacção comercial da parcela, tanto para quem compra como para quem vende, se saiba o potencial da mesma, e se reflecta no preço final.

Finalmente falemos da componente turística, que no caso do Douro, está a começar a desenvolver-se. O enoturismo será a grande componente que as quintas do Douro poderão desenvolver, apostando na qualidade dos vinhos associados à nossa maneira muito particular de estar na vida, e receber as pessoas, mostrando o quanto de belo e encanto tem a região nos seus vales, rios, montes e gentes.

Espero que estas minhas palavras contribuam para um olhar diferente sobre os problemas da Região Demarcada do Douro e que sejam aceites como críticas construtivas.

